

Políticas e gestão da educação básica

Concepções e proposições da CNTE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. 2ª ed. rev. aum. Brasília, 2013. 156 p. ISBN: 978-85-64766-13-6.

MELÂNIA MENDONÇA RODRIGUES*
KÁTIA PATRÍCIO BENEVIDES CAMPOS**

Em comemoração aos cinco anos da revista *Retratos da Escola*, a CNTE lança a coleção *Políticas Educacionais da CNTE*, “voltada para a publicação de livros resultantes de estudos e pesquisas direcionadas à análise das políticas educacionais” (CNTE, 2013, p. 10). O título inaugural da coleção, “Políticas e gestão da educação básica: concepções e proposições da CNTE”, teve sua primeira tiragem rapidamente esgotada, razão por que é relançada, após quatro meses, uma segunda edição, ampliada, com dois novos textos, que apresentam uma versão expandida das emendas da entidade ao Documento-Referência da Conferência Nacional de Educação (Conae)/2014.

O livro reúne artigos e documentos, produzidos pela CNTE no período de 2008 a 2013, referentes a três eixos temáticos: I – Federalismo e educação: desafios e perspectivas; II – Valorização dos profissionais da educação, e III – Educação básica: políticas e desafios.

Constituído de cinco documentos, o Eixo I discute o pacto federativo brasileiro, ressaltando a importância estratégica da efetiva instauração do regime de colaboração e cooperação entre os entes federados, para que o Estado brasileiro possa cumprir com sua responsabilidade de garantir a educação pública de qualidade como direito individual e social. Há um aspecto pedagógico nos documentos e um cuidado com o embasamento das colocações, ao detalhar a remissão dos pertinentes textos legais.

O segundo eixo, retomando as lutas históricas dos trabalhadores da educação, processo em que se forja a própria CNTE, aborda questões da maior relevância para a categoria, como o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público na Educação

* Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande/PB - Brasil.

** Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande/PB - Brasil. E-mail: <katiapbcampos@hotmail.com>.

Básica, a trajetória e os desafios da profissionalização dos funcionários da escola, as condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação e a meritocracia na educação brasileira.

O último eixo aborda a educação básica, analisando a gestão e a organização de etapas e modalidades da educação brasileira a partir de processos políticos preconizados em documentos legais, programas, estratégias e ações materializadas nas realidades educacionais e sociais, destacando a educação infantil, o pacto nacional pela alfabetização na idade certa, o ensino médio no Brasil, os riscos do Pronatec para a educação profissional, o currículo para a democratização do conhecimento e o manifesto em defesa do Fundeb. Confirmam-se ganhos na educação básica, mas também entraves, expressos na fragmentação das políticas públicas de educação, a exemplo da negligência de gestores públicos com a inclusão; ausência, ainda, de matrículas em creches e pré-escolas; verticalismo e autoritarismo presentes nas instituições de ensino; ineficiência na gestão de recursos financeiros e fragilidades na gestão dos estados e municípios enquanto políticas locais no âmbito da política nacional. Em meio a estas questões, mostra ser urgente a redefinição do papel do Estado na oferta pública e na gratuidade da educação em toda a sua organização e, conseqüentemente, a luta pelo combate a todas as formas de exclusão.

Trata-se, sem dúvida, de temáticas bastante pertinentes, de que todos os profissionais da educação devem ter conhecimento e sobre as quais se fazem necessárias discussões nos diversos contextos em que se desenvolve a educação básica pública brasileira. Especial destaque se dá ao documento sobre meritocracia na educação brasileira cuja abordagem crítica põe em relevo os desdobramentos negativos da lógica produtivista em que se baseiam as políticas. Nele, se considera fundamental alertar os profissionais da educação acerca dessas políticas, tendo em vista a tendência em curso em vários sistemas de ensino no país da instituição do bônus por desempenho, o que introduz distorções na carreira e concorre para um esvaziamento da organização política da categoria.

Ainda o documento pontua a análise acerca do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), considerado um elemento que reforça as desigualdades ou injustiças e objeto de constrangimento para a comunidade escolar (p. 111). Tal compreensão difere da apresentada na discussão dos avanços do regime de colaboração, no documento Sistema Nacional Articulado de Educação, mediante a afirmação de que esse índice “poderá contribuir, ainda mais, para projetar um padrão de qualidade a ser perseguido por cada ente da federação, pautado nas orientações das políticas do SNE” (p. 36).

Contudo, evidenciam-se conquistas nos campos da legislação, políticas, ações e programas, nas esferas federal, municipal e estadual, objetivando uma maior democratização da educação básica, mas também, os problemas decorrentes de certa “desresponsabilização” do Estado brasileiro em função das tensões existentes na relação

público/privado. Por isso, sugere ser necessário buscar a articulação das ações entre entes federados, responsabilização e competência dos poderes públicos com a gestão pública e a participação dos trabalhadores da educação na elaboração e efetivação das políticas, cujo diálogo, finalidade e compromisso deverão ser com a educação pública de qualidade.

No cômputo das questões suscitadas no livro, passíveis de análises da política e da gestão sobre diferentes olhares, uma vez que o instituído pelas políticas necessita ser debatido, apropriado e reconstruído, é importante ressaltar a preciosa contribuição dessas análises, situadas no âmbito de uma entidade sindical historicamente comprometida com a educação na perspectiva da democratização das relações. As provocações suscitadas são de grande valor para professores, gestores, estudantes, trabalhadores, enfim, todos os que dialogam com a educação nacional e que vislumbram o acesso aos bens materiais e simbólicos de uma sociedade mais igualitária.